



BOLETIM INFORMATIVO – ABRIL 2016

Edição nº. 06 - Ano 22 - CRC/RS 3.112



LEMBRE-SE!

Os atendimentos referente Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, estarão sendo realizados no Visão.

Marque já sua hora conosco pelos fones: 3026.4646 ou 3026.4600 , e fique tranquilo, pois dispomos de profissionais qualificados e preparados para lhe ajudar a “DOMAR O BICHO”!

A IMPORTÂNCIA DAS ATAS DE APROVAÇÃO DE CONTAS

Nos seis primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, as sociedades empresárias limitadas devem realizar a ata de reunião de sócios, para aprovação das contas dos administradores. Esta deve ser registrada nas Juntas Comerciais e Cartórios de Títulos e Documentos. Procedimento que faz com que os administradores se eximam de responsabilidades pessoais por perdas e danos perante os outros sócios e perante terceiros.

Trata-se de exigência legal prevista no Código Civil (Lei nº 10.406/02), e a não realização do registro da Ata de Aprovação de Contas constitui violação à lei, e pode sujeitar os administradores da sociedade a importantes reflexos no campo da responsabilidade pessoal pelas obrigações sociais. A Ata de Reunião visa dar funcionalidade ao Código Civil no que diz respeito à demonstração de boa-fé da Sociedade Limitada em trazer a público a situação contábil de uma empresa.

Por isto, além de violação à lei, a ausência da aprovação de contas pode dificultar ou até mesmo impossibilitar transações de interesse da sociedade, tais como tomada de empréstimos em bancos, participação em licitações e até mesmo operações de reorganização societária. É muito comum bancos ou empresas públicas deixarem de contratar empresas que não tenham feito sua aprovação de contas dentro do prazo legal.

A não realização da Ata de Reunião torna a sociedade limitada irregular, retirando a responsabilidade limitada dos sócios e tornando-a ilimitada, deixando seus bens pessoais expostos as formas de imputação de responsabilidade.

Por meio da confecção e registro da Ata de Reunião, minimiza-se o risco de uma futura responsabilização dos administradores por atos de gestão praticados no passado. Tal deliberação exonera de responsabilidade os membros da administração da sociedade, que, além de estarem sujeitos a responsabilização fiscal e trabalhista, poderiam ainda sofrer sérios questionamentos judiciais de sócios descontentes com a sua gestão.

ESTABILIDADES PREVISTAS EM LEI

ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Estabilidade provisória é o período em que o empregado tem seu emprego garantido, não podendo ser dispensado por vontade do empregador, salvo por justa causa ou força maior.

CIPA

De acordo com o artigo 10, inciso II, alínea "a" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88, o empregado eleito para o cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato, não pode ser dispensado arbitrariamente ou sem justa causa.



GESTANTE

O artigo 10, II, "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88 confere à empregada gestante a estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.



DIRIGENTE SINDICAL

De acordo com o artigo 543, parágrafo 3º da CLT, e artigo 8º da Constituição Federal, não pode ser dispensado do emprego o empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação, de entidade sindical ou associação profissional, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos da legislação.



DIRIGENTE DE COOPERATIVA

A Lei nº 5.764/71, art. 55, prevê que “os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas por eles mesmos criadas gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo art. 543 da CLT” – ou seja, desde o registro da candidatura até um ano após o término de seu mandato.



ACIDENTE DO TRABALHO

De acordo com o artigo 118 da Lei nº 8.213/91, o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo de 12 meses, a manutenção de seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independente de percepção de auxílio-acidente. Significa dizer que tem garantido o empregado que recebeu alta médica, após o retorno do benefício previdenciário.



ESTABILIDADES PREVISTAS EM ACORDOS EM CONVENÇÃO COLETIVA

Os sindicatos, com a intenção de assegurar aos empregados garantia de emprego e salário, determinam em Acordos e Convenções algumas estabilidades, tais como:



Garantia ao Empregado em Vias de Aposentadoria

Aviso Prévio

Complementação de Auxílio-Doença

Estabilidade da Gestante

O empregador deverá verificar, junto ao sindicato, as garantias asseguradas à categoria profissional a que pertencem os seus empregados, visto que as situações apresentadas podem não contemplar todas as hipóteses.

TRABALHOU ANTES DE 1988? VOCÊ PODE TER VALORES A RECEBER DO FUNDO PIS/PASEP

Cerca de 15,5 milhões de pessoas talvez não saibam, mas têm dinheiro para receber do Fundo PIS/Pasep. A estimativa é da CGU (Controladoria Geral da União).

O QUE É O FUNDO PIS/PASEP?

Até 1988, as empresas e órgãos públicos depositavam dinheiro no Fundo PIS/Pasep em nome de cada um dos seus funcionários e servidores contratados. Cada trabalhador, então, era dono de uma parte (cota) no fundo.

Esse direito é diferente do abono salarial, um adicional pago anualmente para quem recebe, em média, até dois salários mínimos por mês.

QUEM TEM DIREITO A RECEBER?

Quem trabalhou como contratado em uma empresa ou servidor público antes de 4 de outubro de 1988 e não sacou todos os recursos do fundo ainda.

QUANDO E QUANTO É POSSÍVEL RECEBER?

Todos que tem participação no fundo tem direito a receber, anualmente, o rendimento (juros e correção monetária) de sua parte.

A data para receber o rendimento a cada ano varia de acordo com o número final do registro no PIS/Pasep. A data limite é 30 de junho.

Se o trabalhador não sacar o rendimento até esse dia, ele vai ser guardado junto com o restante de seus recursos no fundo.

É POSSÍVEL SACAR TODO O DINHEIRO?

Sim, mas somente nos seguintes casos:

- ao se aposentar; - se tiver uma doença grave; - ou ao completar 70 anos.

Se o trabalhador morrer, o valor integral deve ser pago aos dependentes.

COMO DESCOBRIR SE TEM DIREITO?

Para saber se tem algo a receber, quem trabalhou antes de 1988 deve procurar:

- uma agência da Caixa Econômica Federal, se trabalhava numa empresa privada; - uma agência do Banco do Brasil, se era servidor público.

É preciso levar um documento com foto e informar seu número PIS ou Pasep. Se não souber, basta apresentar nome e CPF do trabalhador.

A CGU fez uma auditoria no fundo. Entre julho de 2013 e julho de 2014, ele contava com a participação de aproximadamente 31 milhões de trabalhadores inscritos e cerca de R\$ 37,5 bilhões.

Do total de participantes, 26 milhões tinham trabalhado em empresas (tinham registro no PIS, Programa de Integração Social) e 5 milhões eram servidores (com registro no Pasep, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). A CGU afirma que quase metade dos cotistas (cerca de 15,5 milhões) pode desconhecer que tenha direito a esses valores. Por isso, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o assunto seja amplamente divulgado.

“Se o desejo escraviza o pensamento, a verdade foge de imediato pela janela mais próxima.
Quando as pessoas abandonam sua natureza essencial pra seguir
seus desejos, suas ações nunca são corretas...”

Lao Tsé



Agenda das Principais Obrigações Abril/2016



| DIAS | COMPROMISSOS |
|-------|---|
| 01/04 | Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de março 2016 |
| 06/04 | SALÁRIOS - MARÇO |
| 07/04 | GPS - DOMÉSTICAS GFIP - MARÇO |
| 11/04 | ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - MARÇO |
| 11/04 | Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/04/2016 |
| 12/04 | ICMS - COMÉRCIO - MARÇO |
| 15/04 | ISSQN - MARÇO GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL |
| 20/04 | GPS - MARÇO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - MARÇO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - FEVEREIRO |
| 22/04 | ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - MARÇO ICMS - INDÚSTRIA - MARÇO |
| 22/04 | Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/04/2016 |
| 25/04 | Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente abril 2016 |
| 25/04 | ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - FEVEREIRO IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - MARÇO COFINS - MARÇO PIS - MARÇO |
| 29/04 | CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - MARÇO - ESTIMATIVA IRPJ - MARÇO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 1º TRIMESTRE/2016 IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 1º TRIMESTRE/2016 |
| 02/05 | Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/04/2016 |



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 30264600

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade